



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ  
Rua Nascimento, Centro, em Angical do Piauí  
CNPJ nº 04.241.118/0001-62

Portaria nº 005/2012

Angical do Piauí-PI, 02 de Abril de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Resolução Legislativa nº 06/2008:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Sra. **CREUSTIANA DO DESTERRO SOARES FERREIRA**, inscrita no CPF sob o nº 020.996.903-24, do cargo em Comissão de Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Angical do Piauí-PI, por erro de digitação na portaria nº 04/2012, haja vista que o cargo correto seria assistente legislativa.

Art. 2º - Esta Portaria revoga os efeitos da Portaria nº 04/2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,  
Publique-se, e,  
Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, Estado do Piauí, aos dois dias do mês de Abril de 2012.

**JOÃO DA CRUZ CABRAL**  
Presidente da Câmara Municipal

Numerado, Registrado e Publicado a presente Portaria nesta Câmara Municipal de Angical do Piauí, aos dois dias do mês de abril de 2012.

**CLAUDETE DE SOUSA SANTOS FERREIRA**  
Secretária da Câmara Municipal



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ  
RUA NASCIMENTO, S/N – CENTRO-  
CNPJ: 04.241.118/0001-62

Portaria nº 006/2012.

Angical do Piauí – PI, de 02 de Abril de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Srª. **CREUSTIANA DO DESTERRO SOARES FERREIRA**, inscrita no CPF sob Nº 020.996.903-24, para exercer o Cargo em Comissão de **ASSISTENTE LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ - PI**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se, e,  
Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, Estado do Piauí, aos dois dias do mês de Abril de 2012.

**JOÃO DA CRUZ CABRAL**  
Presidente da Câmara Municipal

Numerada, Registrada e Publicada a Presente Portaria nesta Câmara Municipal de Angical do Piauí, aos dois dias do mês de abril de 2012.

**CLAUDETE DE SOUSA SANTOS FERREIRA**  
Secretária da Câmara Municipal



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ  
RUA NASCIMENTO, S/N – CENTRO-  
CNPJ: 04.241.118/0001-62

Portaria nº 007/2012.

Angical do Piauí – PI, de 02 de Abril de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Sr. **MIGUEL WELLINGTON SOARES NUNES**, inscrito no CPF sob Nº 396.515.923-20, para exercer o Cargo em Comissão de **ASSESOR DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ - PI**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se, e,  
Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, Estado do Piauí, aos dois dias do mês de Abril de 2012.

**JOÃO DA CRUZ CABRAL**  
Presidente da Câmara Municipal

Numerada, Registrada e Publicada a Presente Portaria nesta Câmara Municipal de Angical do Piauí, aos dois dias do mês de abril de 2012.

**CLAUDETE DE SOUSA SANTOS FERREIRA**  
Secretária da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ-PI  
GABINETE DO PRESIDENTE

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DE CONTRATO DE HONORÁRIOS  
ADVOCATÍCIOS**

Considerando a necessidade de um assessor jurídico para auxiliar e orientar a CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ, ainda o termino do contrato firmado com o assessor jurídico anterior;

Considerando a obrigatoriedade da participação de um profissional do Direito com inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, consoante disposto no Artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;

Considerando que o Artigo 132, da Constituição Federal, prevê que a representação judicial feita por procuradores de carreira só é obrigatória para os Estados-membros e a União;

Considerando que contratação direta de advogado, sem licitação, encontra fundamento na inexigibilidade prevista no Artigo 25, II, III c/c Artigo 13, II e V, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, e baseia-se na inviabilidade de competição, entendendo-se como tal a impossibilidade de comparação entre diversos possíveis executantes do serviço pretendido, dada seu caráter técnico e a exigência de confiança;

Considerando a natureza do serviço advocatício, que é cercada da necessidade de estrita confiança entre cliente e profissional, e que o profissional a ser contratado angaria tanto os requisitos técnicos como de confiabilidade essenciais ao desempenho da função;

(Continua)



CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ-PI  
GABINETE DO PRESIDENTE

Considerando a existência de uma barreira legal no Artigo 41, do Código de Ética e Disciplina da OAB, que não permite a redução de valores visando conquistar contratos, pois configuraria aviltamento da profissão;

Por fim, considerando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, órgão maior da justiça em nosso país, que se colocou a cerca da matéria, onde o Ministro Relator Carlos Velloso, no RHC nº 72.830-8-RO (Acórdão publicado no Boletim Licitações e Contratos – BLC, Curitiba, nº 10, 1996, p. 521), explanou o seguinte:

*"Acrescente-se que a contratação de advogado dispensa licitação, dado que a matéria exige, inclusive, especialização, certo que se trata de trabalho intelectual, impossível de ser aferido em termos de preço mais baixo. Nesta linha, o trabalho de um médico operador. Imagine-se a abertura de licitação para a contratação de um médico cirurgião para realizar delicada cirurgia num servidor. Esse absurdo somente seria admissível numa sociedade que não sabe conceituar valores. O mesmo pode ser dito em relação ao advogado, que tem por missão defender interesses do Estado, que tem por missão a defesa da res publica".*

**RESOLVE:**

Pelo presente instrumento particular de contrato de honorários advocatícios, de um lado, na condição de Contratado – VIRGÍLIO NERIS MACHADO NETO, Brasileiro, casado, Advogado OAB-PI nº 6644, residente e domiciliado na rua Riachuelo nº 778, Sala 02, Centro – Parnaíba, inscrito no CPF/MF sob o nº 888.397.103-53, Carteira de Identidade nº 1.877.853 SSP/PI, Telefone (86) 3321-3012/9978-7035, email: [virgilionerismachadoneto@hotmail.com](mailto:virgilionerismachadoneto@hotmail.com), e, de outro lado, na condição de Contratante – a CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ, Estado do Piauí, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Rua Domingos Neris nº 53, Centro, CEP 642228-000, Caxingó – PI, inscrita no CNPJ/MF: 01.945.758/0001-65, aqui representada pela pessoa de seu Presidente o excelentíssimo Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS CARDOSO, Brasileiro, casado, Vereador, inscrito no RG: 627.942 SSP – PI, e no CPF: 535.163.543-72, residente e domiciliado no Povoado Lagoa da Onça, zona rural – Caxingó / Piauí, que convencionam o seguinte:

1. Fica o Contratado obrigado, por força do presente instrumento, a prestar seus serviços profissionais na defesa dos interesses da Contratante, especificamente no que pertine à consultoria jurídica parecerista nos procedimentos Judiciais a serem realizados pela Contratante, assim como em todos os respectivos incidentes processuais, sejam como parte ativa ou passiva, em qualquer instância ou tribunal.
2. Noutro prisma, estipulam que os honorários advocatícios serão pagos pela Contratante no valor global de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), cujo seu pagamento será efetuado em 11 (Onze) parcelas de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, iniciando em fevereiro de 2012. Cumpre ressaltar que, segundo disposições legais, estes pagamentos não prejudicam os valores correspondentes aos honorários de sucumbência referentes a possíveis incidentes processuais.
3. A Contratante fica responsável pelo pagamento de quaisquer despesas necessárias ao bom andamento do processo, as quais não sejam relativas à honorários advocatícios, até o julgamento do mérito dos Recursos, Ações/Reclamações, sempre que se afigurem necessárias, e devidamente justificadas pelo Contratado, assim como pelo teor de todas as informações ou documentações repassadas ao Contratado, bem como arcará com a responsabilidade pela demora ou qualquer outra ordem de impedimento com gênese em sua competência que venha a impossibilitar ou tornar difícil a eficiente prestação do serviço ora contratado.
4. Ao Contratado cabe, em caráter de Exclusividade, o fornecimento das informações pertinentes aos Procedimentos Jurisdicionais sempre que requeridas pela Contratante, Prestar o serviço objeto deste Contrato de forma a atender às exigências da Contratante, assim como é de sua responsabilidade todos os encargos Sociais e Trabalhistas bem como demais tributos que venham a incidir sobre a prestação do serviço ora contratado, por fim, o

Contratado estará isento de qualquer responsabilidade por eventuais erros ou falhas decorrentes de culpa exclusiva da Contratante.

5. O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura 01 de fevereiro de 2012, e término no dia 30 de dezembro de 2012, data em que terá completado 11 (onze) meses. Cumpre ressaltar que, sendo de comum acordo e interesse das partes, caberão as mesmas a renovação contratual.
6. A critério exclusivo da Contratante ou por mútuo acordo, o presente contrato poderá ser a qualquer tempo rescindido, no todo ou em parte, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, cabendo ao Contratado receber o que lhe for devido até a data da rescisão, pelos serviços realmente executados, ou ainda, se uma das partes:
  - a. Deixar de cumprir qualquer das cláusulas do presente instrumento contratual.
  - b. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem a prévia autorização da Contratante ou do Contratado.

As partes contratantes elegem o foro desta comarca para dirimir quaisquer dúvidas acerca do presente, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem contratado, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, abaixo assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Caxingó-PI, 01 de fevereiro de 2012.

*Francisco das Chagas Cardoso*  
FRANCISCO DAS CHAGAS CARDOSO  
Presidente da Câmara Municipal de Caxingó

*Virgílio Neris Machado Neto*  
Virgílio Neris Machado Neto  
ADVOGADO, OAB/PI: 6644

Testemunhas

Nome: *Antônio Rodrigues dos Santos* Nome: *Mª do B. Ramêdia Cavalko*  
CPF: *0281457-873-87* CPF: *2889218623-68*  
Ass.: *Antônio Rodrigues dos Santos* Ass.: *Mª Ramêdia Cavalko*



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PICOS  
Rua São Sebastião, 32 – Centro,  
Fones (89) 3421-0093  
64.600-000 – Picos – Piauí  
Email – [camarapicos@virtex.com.br](mailto:camarapicos@virtex.com.br)

Protocolo nº *03119*

Emenda nº 24441A /12, de 12 de ABRIL de 2012.

O Vereador abaixo assinado, com assento nesta Casa Legislativa, propõe a seguinte emenda ao Projeto Lei do Prefeito Municipal, que Cria a coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Picos – PI, organiza o seu funcionamento e dá outras providências,

Art. 1º – Após a aprovação desta Emenda o Artigo 8º do Projeto Lei do Prefeito Municipal de Picos, que Cria a coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Picos – PI, organiza o seu funcionamento e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - O Conselho Municipal será composto pelo Presidente e por

(Continua)